

Associações

António Saraiva

Pres. da Confederação Empresarial de Portugal

"Temos insistido neste assunto em todas as reuniões bilaterais. Parece tão fácil, que não se percebe porque é que o Governo não atua."

Pedro Colaço

Pres. da Associação da Indústria de Plásticos

"Se o sistema não funciona, os custos [complemento salarial] deviam ser da responsabilidade do Estado, e não ser imputados às empresas."



Célia Nogueira e Paulo Almeida, da Plasgal, uma das fábricas que se ressentem dos "profissionais da baixa"

Baixas profissionais pagas a 95% "incentivam fraude"

Ausência de fiscalização estará a conduzir ao aumento de casos, sobretudo em empresas do setor dos plásticos

Alexandra Barata
locais@jn.pt

LEIRIA Ir ao ginásio, vender lenha, trabalhar como segurança em discotecas ou gozar férias no Algarve são exemplos de fraudes em baixas por doença profissional, denunciadas por empresários contactados pelo JN. A situação foi tornada pública pelo presidente cessante da Nerlei-Associação Empresarial da Região de Leiria, Jorge Santos, defensor da mudança da lei, para que estes trabalhadores possam ser fiscalizados, tal como sucede nas baixas por doença natural.

"Uma grande parte das baixas por doença profissional é fraudulenta", assegura Jorge Santos, que alerta para o facto de a inexistência de fiscalização originar este tipo de abusos e lesar empresas, operários e contribuintes. No caso das empre-

sas, afeta sobretudo as do setor dos plásticos, pois são obrigadas a pagar 25% do salário, a que acrescem os 70% pagos pela Segurança Social. O empresário garante já ter abordado o assunto quatro vezes com o ministro do Trabalho e da Segurança Social, Vieira da Silva.

TRABALHOU 11 MESES EM 6 ANOS

Diretor de recursos humanos da Plasgal, Cláudio Simões relata o caso de uma operária que, desde 2012, só trabalhou 11 meses. Nos últimos seis anos, tem intercalado a baixa por doença profissional e a baixa por doença natural com pequenos períodos de trabalho, sem que a empresa de Leiria a possa impedir. "Não temos poder para abrir um processo disciplinar, porque a falta está justificada. Os médicos de família são coniventes."

Face a estas situações, a Plasgal é obrigada a contratar mais colaboradores, defende que a solução passa pela fiscalização. "Os trabalhadores sentem-se protegidos pela lei e o complemento do subsídio por doença profissional acaba por ser um incentivo à baixa", afirma.

"Desde 2011 que andamos a abor-

dar este assunto junto da Segurança Social, porque a forma como o sistema está montado presta-se a estes abusos", revela o diretor de recursos humanos de uma empresa de vidro da Marinha Grande, que prefere não identificar com receio de represálias. Além da falta de fiscalização, acredita que "há conivência da parte de alguns médicos de família".

"Temos situações crónicas, porque os trabalhadores sabem que nada lhes acontece, o que gera mau ambiente", lamenta o diretor de recursos humanos. Mas se alguns operários se sentem revoltados, outros acabam por seguir os passos dos "profissionais da baixa", pelo que estes casos têm aumentado nos últimos anos. "Tudo é feito de uma forma descarada. Existe um sentimento generalizado de impunidade."

O responsável pelo distrito de Leiria do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Carlos Marques, desconhece abusos. "Não sou contra a fiscalização, mas não vai adiantar nada, porque a baixa está comprovada."

O JN tentou ouvir o ministro Vieira da Silva, sem sucesso. ●

INQUÉRITO

Mais de 70% estão um a dois anos fora do serviço

Setenta e dois por cento das baixas por doença profissional decorrem por um período de um a dois anos, revela um inquérito da Nerlei, a que responderam 47 empresários locais. "As baixas médicas por doença profissional são extremamente prolongadas, pois muitas não são participadas aos serviços competentes e aquelas que são, por ineficiência destes serviços, levam meses e meses a apreciar os processos", denuncia a associação. Defende ainda que devem ser os médicos do trabalho a desencadear este processo, pois conhecem as condições de trabalho das empresas. Vidro, plásticos, moldes e madeiras são os setores mais afetados.